

A CONAE CONTRA A EaD NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES -MAS NÃO DE TODO-

Maria de Fátima Rodrigues Pereira¹
Universidade Tuiuti do Paraná – UTP

Luís Fernando Lopes²
Universidade Tuiuti do Paraná – UTP

RESUMO

Este texto analisa as posições assumidas pela Conae 2010 com relação à formação de professores na modalidade a distância. Parte-se da premissa que a formação de professores pela educação a distância (EaD) está circunscrita num contexto balizado por interesses políticos e econômicos ligados ao modo de como os indivíduos produzem sua existência. O texto problematiza a respeito das motivações que levaram os delegados da Conae 2010 manifestarem-se contra a formação inicial de professores pela EaD. As afirmações da Conae alertam para reflexão sobre que tipo de formação se deseja. Como esperar uma formação de qualidade de uma educação que não valoriza o trabalho dos professores? Recorre-se às categorias singular e universal para a análise das políticas de formação de professores pela EaD e ao próprio Documento da Conae no contexto dessas mesmas políticas. Neste sentido, singular e universal compõem-se mutuamente, imbricadamente, investigar o singular é interrogar o universal e vice-versa, a totalidade, síntese de múltiplas determinações. Inicialmente faz-se o estudo das políticas de formação de professores pela EaD, (o singular) no processo histórico (o universal); em seguida, no contexto das políticas analisa-se o Documento final da Conae 2010 e suas recomendações para a formação de professores pela EaD, à luz das contradições que caracterizam o atual modo de existência. Com este texto, reafirma-se a importância do Documento final da Conae 2010 como expressão de um debate que está posto, a EaD para a formação de professores em definição no Plano Nacional de Educação, atualmente, em disputa no Congresso Nacional e se trazem contribuições para as discussões e as políticas sobre a formação de professores pela EaD.

Palavras-chave: Formação de professores, Educação a Distância, Conae.

CONAE AGAINST DISTANCE EDUCATION IN THE INITIAL TEACHERS' EDUCATION -NOT TOTALLY HOWEVER-

ABSTRACT

This text analyses the positions taken by Conae 2010 related to teachers' education in Distance Education (DE). This study is started from the premise that the teachers' education through DE is circumscribed in a context of political and economic interests related to how individuals produce their existence. The text problematizes the motivations that led the delegates of the Conae 2010 to be against the initial teachers' formation through DE. Affirmations of Conae alert to the reflection about what kind of formation is wanted. How to expect a formation of quality of an education that does not value the work of teachers? Singular and universal categories are evocated for the analysis of teachers' education policies in DE and Conae's Document itself in the context of those policies. Therein, singular and universal are mutually composed. Investigating the singular is to interrogate the universal and vice versa, the total: synthesis of multiple determinations. Firstly, it was developed a study of teachers' education policies through DE (the singular) in the historical process (universal); then, the document of Conae's 2010 was analyzed in the context of those policies and its recommendations for the teachers' education through Distance Education in the contradictions perspectives that characterize the current way of existence. With this text, it is reaffirmed the importance of the

final document of Conae's 2010, as an expression of a debate, the DE for teachers' education in definition in the National Education currently in dispute in the National Congress and if they bring contributions to the discussions and policies about the teachers' education in DE.

Keywords: teachers' education; Distance Education; Conae.

Introdução

O Brasil realiza desde 1924, Conferências de Educação nas quais têm sido feitos debates, sinalizados rumos e também resistências para as políticas educacionais. Em 2010, no período, de 28 de março a 1º de abril foi realizada em Brasília-DF, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), na qual um dos temas abordados foi a formação de professores pela educação a distância (EaD).

O fato dos educadores delegados à Conae atentarem para a temática em pauta demonstra atenção diante da realidade da EaD no Brasil que, sobretudo, a partir da década de 1990 entrou num processo de afirmação passando da periferia para o centro das políticas educacionais brasileiras. Para a formação de professores, a EaD, pode ser considerada política de Estado, tal a continuidade nos governos Fernando Henrique Cardoso, culminando nos dois de Inácio Lula da Silva.

Efetivamente, a criação de órgãos, as instituições envolvidas, os recursos alocados, as parcerias estabelecidas sinalizam a importância que a EaD assume nas políticas de formação de professores. Este processo deu-se em sintonia com as orientações dos organismos mundiais, nomeadamente da Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Cultura (UNESCO) que foram conformado princípios norteadores das políticas de formação de professores como: 1. barateamento nos custos da formação; 2. flexibilidade das instituições, modalidades e cursos; 3. desresponsabilização do governo pela formação dos trabalhadores em educação que passou a ser uma seara rica e proveitosa aos interesses do capital.

Estuda-se, neste texto, o Documento final da Conae 2010 e as recomendações e razões nele contidas para a formação de professores pela EaD. Recorre-se às categorias singular e universal (PEREIRA, 2010, p. 215) para a análise das políticas de formação de professores pela EaD e o próprio Documento da Conae no contexto dessas mesmas políticas.

Por singular entendemos a especificidade da realidade educacional no Brasil que é a formação de professores, a qual ganha explicação na relação dialética com o universal. Contudo, o universal não é a soma das partes, como à primeira vista pode ser pensado. Antes, o que se busca considerar e entender é o imbricamento, no caso das políticas de formação de professores na totalidade do atual modo de existência caracterizado pelas relações de produção capitalistas.

Neste sentido, singular e universal compõem-se mutuamente, investigar o singular é interrogar o universal e vice-versa, a totalidade, síntese de múltiplas determinações.

Temos como objetivo contribuir com os debates e as políticas sobre a formação de professores pela EaD. Conta-se com as contribuições de pesquisadores como (BARRETO, 2010), (DOURADO, 2008), (BOHADANA e VALLE, 2007).

Primeiramente faz-se o estudo das políticas de formação de professores pela EaD, (o singular) no processo histórico (o universal); em seguida, no contexto das políticas analisa-se o Documento final da Conae 2010 e suas recomendações para a formação de professores pela EaD, à luz das contradições que caracterizam o atual modo de existência, entre as quais sobressai: ainda que os indivíduos produzam coletivamente os bens sociais, toda a riqueza material e cultural e todas as instituições sociais e políticas, dada a divisão

social em classes, nem todos os homens se apropriam desses bens por eles mesmos criados. Estaria aí um fundamento para as razões dos delegados quanto às suas posições em relação à formação de professores pela EaD? Estariam os delegados à Conae comprometidos com que formação de professores?

1. As políticas de formação de professores pela EaD e seus determinantes históricos

A categoria singular – neste texto a formação de professores – e o universal – a totalidade, o modo de existência – implicam que façamos o estudo no processo histórico.

A relevância com que o tema da formação de professores foi tratado na Conae 2010 demonstra reconhecimento diante da realidade da EaD no Brasil, que, sobretudo, a partir da década de 1990 entrou num processo de afirmação passando da periferia para o centro das políticas educacionais brasileiras.

O Censo da Educação Superior (INEP, 2008) mostrou que as matrículas na EaD aumentaram 96,9% em relação ao ano anterior e, em 2008, passaram a representar 14,3% do total de matrículas no Ensino Superior. Além disso, o número de concluintes em EAD cresceu 135% em 2008, comparado a 2007. O censo ainda revela que deste total de matrículas na EaD em 2008, 46,9% se referem a cursos de Licenciatura o que demonstra uma tendência na educação superior brasileira.

Segundo o último Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP³ o crescimento dos cursos de graduação a distância foi de 30,4% no ano de 2009. O número de cursos superiores ofertados na modalidade a distância cresceu de 649, em 2008, para 844 em 2009, o que indica na EaD um crescimento maior que o dobro do percentual alcançado nos cursos presenciais, que no mesmo período foi de 12,5%. Em 2009 o número de matrículas em EaD atingiu 14,1% do total de matrículas na graduação. É importante também destacar que se nos cursos presenciais 71% dos cursos são de bacharelado, na EaD metade dos cursos é composta pelas licenciaturas (INEP, 2011).

Desde 2006 quando de um total geral de 818.580 vagas oferecidas para cursos na distância, 524.096 foram para educação, portanto, 64%⁰²: sendo 18.912 em instituições públicas e 505.184 pelo setor privado (DOURADO, 2008, p.901), esta tendência vem se firmando.

Como justificativas para esse fenômeno destacam-se o discurso da democratização da educação e a possibilidade de qualificação de um maior número de professores em menor tempo, o que significa ampliar o atendimento com uma redução enorme de custos.

Nesse sentido, o resumo técnico do Censo da Educação Superior 2009 publicado pelo INEP, destaca que 50% dos cursos ofertados na modalidade a distância são de licenciatura, entre os quais, pedagogia aparece em primeiro lugar, com 286 mil matrículas. Na EaD, apenas os dois cursos mais escolhidos - pedagogia e administração - detêm 61,5% do total de matrículas (INEP, 2011). Conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Os 5 maiores cursos em número de matrículas na modalidade EaD no Brasil

	Curso	Matrículas	%
	Total	838.125	100%
1	Pedagogia	286.771	34,2%
2	Administração	228.503	27,3%
3	Serviço Social e orientação	68.055	8,1%
4	Letras	49.749	5,9%
5	Ciências contábeis	29.944	3,6%
	Outros cursos	175.103	20,9%

Fonte: Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2009 – Mec/Inep/Deed

Esses dados revelam que a EaD ocupa uma posição de destaque na formação inicial de professores no Brasil. Este processo explica-se no quadro da reestruturação produtiva, das definições pelos organismos e Conferências Mundiais, segundo um ideário neoliberal, sobre a educação como meio de produção, fenômeno que implica disputa acirrada de suas finalidades e práticas.

Em um contexto mundial de progressiva reafirmação estratégica da centralidade da educação (SHIROMA, 2002) a EaD passa a fazer parte das políticas públicas que orientam as práticas pedagógicas, recursos, estratégias em escala mundial. Deste modo, as iniciativas para o desenvolvimento dessa modalidade educacional em nosso país extrapolam o âmbito dos municípios, estados e mesmo da federação, pois estão orientadas por políticas mundiais ligadas a interesses de organismos internacionais.

Esta progressiva introdução da EaD é notável, principalmente no Ensino Superior, como os dados demonstram, com ênfase na formação inicial e continuada de professores, que apresenta-se como uma tendência hegemônica e é acompanhada por políticas públicas do Ministério da Educação em que são características as parcerias entre as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e a atribuição de importante protagonismo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e Secretaria de Educação a Distância (SEED)⁴ nesse processo.

Portanto, temos a existência de defensores e oponentes dessa tendência e é preciso considerar que a formação de professores pela educação a distância está circunscrita num contexto balizado por interesses políticos e econômicos nacionais e internacionais dos quais não se pode olvidar ao tratar do tema.

Para Barreto (2010, p. 3) dois sentidos são fundamentais em se tratando da formação de professores a distância. “A recontextualização projetada no discurso dos organismos internacionais que assume ares salvacionistas de “democratização” do acesso ao conhecimento e a defesa de interesses mercadológicos, ou pelo estabelecimento e exploração de instalações (como escolas) para proporcionar serviços a estudantes em seu país ou no estrangeiro”. A autora ainda salienta as orientações do Banco Mundial:

em 1994, é dito que “a educação a distância e os programas de aprendizagem aberta podem aumentar, efetivamente e a baixo custo, o acesso dos grupos desprivilegiados”; 2) em 2000, que é possível “acessar o conhecimento mais rapidamente e de lugares cada vez mais distantes”; 3) em 2002, que “a emergência de novos fornecedores, oferecendo serviços diferentes de maneiras diferentes, representa uma oportunidade para os países em desenvolvimento”; e 4) em 2003, é destacado o “acesso a novos produtos e serviços de educação a distância, facilitando o fornecimento de programas qualificados”, bem como o fato de que “as

forças do mercado estão assumindo papel cada vez mais importante na educação mundial” (BARRETO, 2010, p. 35).

Este processo é acompanhado por ideologias poderosas, difíceis de desmistificar, entre as quais está a sociedade da informação, segundo a qual o que cria valor não é mais o trabalho, mas o conhecimento, um forte ataque a quem vive do seu trabalho. O que procuram confirmar os que defendem a tese da sociedade de informação é que o trabalho deixou de ser a principal força produtiva

A este respeito Antunes e Braga (2009) consideram a obra “*A era da informação*” do sociólogo catalão Manuel Castells, um “sofisticado corolário sociológico” desse novo senso comum acadêmico e político que proclama a superação do trabalho degradado, típico da fábrica taylorista e fordista, pela criatividade e autonomia inerentes às atividades de serviços associadas às tarefas de concepção e planejamento de processos e produtos. Neste sentido entendem que “O emprego das chamadas tecnologias de informação e comunicação foi concebido quase como sinônimo de não trabalho, tal a disjuntiva e mesmo antinomia que é operada em relação à modalidade vigente de trabalho assalariado” (ANTUNES e BRAGA, 2009, p.8).

Antunes e Braga (2009) também destacam a polêmica formulação apresentada pelo filósofo austro-francês André Gorz, acerca da imaterialidade e perda da medida do valor do trabalho. “O conhecimento seria impossível de se mensurar, uma vez que não é redutível a uma quantidade de trabalho abstrato” (GORZ, 2005, p. 29 apud, ANTUNES e BRAGA, 2009, p. 9).

Conforme os organizadores de *Infoproletários* existe aqui uma clara sintonia com a tese de Habermas, segundo a qual a ciência descompensa a teoria do valor-trabalho. Desta forma, com a informatização e automação, o trabalho deixa de ser a principal força produtiva e é substituído pela comunicação.

E o que dizer da educação a distância neste cenário? Não seria a EaD mais um produto da Indústria Cultural como descreve Adorno, calcada na ilusão que a massificação da cultura realmente possibilita a emancipação coletiva?

Nesse contexto, a educação a distância desponta como alternativa muito atraente e os discursos legitimadores, que apresentam a tecnologia, como panacéia dos problemas educacionais, circunscritos em um universo de novidade e “magia”, são acompanhados de políticas públicas, altamente comprometidas com interesses de classe, expressos nos documentos exarados por Organismos Internacionais, que se auto-definem promotores da justiça em nível mundial.

São várias as questões que pululam diante da possibilidade de utilização das mediações tecnológicas para o desenvolvimento do processo educacional/formativo dos profissionais da área da educação, a saber: De que modo tais mediações podem ser empregadas neste processo? Que tipos de facilidades e dificuldades são geradas num ambiente de educação a distância? A denominada educação a distância não corre o risco de se afastar de seus objetivos iniciais de promover uma maior aproximação entre os agentes educacionais, na medida em que se converte no fetiche de si mesma? (ZUIN, 2006, p. 937).

Estas interrogações remetem para outros questionamentos quanto à oferta da formação de professores na modalidade de educação a distância. Não será o aspecto mais reafirmado – a formação de professores – talvez o menos considerado? O que de fato

determina esta acentuação cada vez maior em oferecer formação inicial e continuada de professores pela EaD?

Para Saraiva (2010, p. 125) esta opção pela EAD, na formação inicial e continuada dos professores pode ser justificada,

[...] pela necessidade de preparar professores que já estariam lecionando sem a formação adequada, sem retirá-los de seu trabalho. Como parte significativa desses docentes está espalhada pelo interior do país, a EaD permitiria uma descentralização capaz de dar conta de suas necessidades. Além disso, a EaD reduz a exigência de instalações físicas e, da maneira como vem sendo implantada, o número de docentes, uma vez que as turmas têm grande quantidade de alunos e os professores dividem suas tarefas com tutores que possuem uma formação menos qualificada e recebem salários menores. Portanto, o uso massivo de EaD aponta também para um barateamento da formação dos professores, uma desoneração do serviço público.

Estas constatações demonstram o contexto complexo de múltiplas determinações no qual a EaD está inserida, marcado por contradições, onde as reais intenções, os verdadeiros interesses e objetivos nem sempre são manifestos. Opta-se pelo ocultamento, por meio do encantamento com o novo, em direção à fetichização máxima: “É o deslocamento sintático radical que posiciona tecnologias no lugar dos sujeitos” (BARRETO, 2009, p. 124).

Neste imbricamento entre o universal e o singular, marcado por tantas contradições é que os delegados à Conae (2010) produziram o documento que como disseram:

[...] é, pois, resultado das deliberações, majoritárias ou consensuadas, nas plenárias de eixo e que foram aprovadas na plenária final. Ele traz, assim, uma contribuição inestimável para o futuro da educação brasileira, pois concretiza o resultado de lutas históricas e de embates e debates democráticos, construídos pela sociedade civil organizada, pelos movimentos sociais e pelo governo na direção da garantia da educação como bem público e direito social (CONAE, 2010, p.11).

Portanto, espera-se que o Documento final seja levado em conta na formulação de políticas para a educação nacional, principalmente na construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020 e do Sistema Nacional de Educação (SNE). Enfim, que as propostas se efetivem em políticas. Vejamos em seguida o que diz o Documento final da Conae para a formação de professores pela EaD.

2. A Conae 2010 e a EaD na formação de professores

O Documento final da Conferência Nacional de Educação 2010 (CONAE 2010) é claro: manifesta-se contrário à formação inicial de professores por meio da EaD, mas, abriu para possibilidades.

Efetivamente, em uma Política Nacional de Formação e valorização dos Profissionais em Educação, o Documento final da Conferência, no eixo IV, intitulado, Formação e Valorização dos Profissionais da Educação afirma que:

A formação inicial deverá se dar de forma presencial, inclusive aquelas destinadas aos/as professores/as leigos/as que atuam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, como aos/as professores/as de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental em exercício, possuidores/as de formação em nível médio (CONAE, 2010, p. 83, **negritos no original**).

O Documento, admite a EaD, abrindo uma brecha, para a formação inicial de professores, “de forma excepcional, [...] para os/as profissionais da educação em exercício, onde não existam cursos presenciais, [...], cuja oferta deve ser desenvolvida sob rígida regulamentação, acompanhamento e avaliação” (Idem).

Portanto, a posição da Conae 2010 é, em princípio, pela rejeição da EaD na formação inicial de professores, resistência à realidade demonstrada pelos números do Censo da Educação Superior?

Quando admite a EaD na formação de professores recomenda: caráter de excepcionalidade, acompanhamento e avaliação dos órgãos competentes, o que já está posto pelos Referencias de Qualidade do MEC. Temos, então: rejeição da EaD e possibilidade excepcional da oferta da EaD acompanhada das justificativas mais comuns: ser estruturada como política integrada a um conjunto de ações formativas presenciais pode contribuir para acesso a formação “mais flexibilizada”, “fortalecimento da autonomia intelectual e o conhecimento das novas tecnologias da informação”

Efetivamente, as considerações anteriores presentes no Documento destacam a questão de se estruturar a formação pela EaD como uma política integrada a um conjunto de ações formativas presenciais e retomam argumentos justificadores sempre presentes no âmbito da Educação a distância, como: 1. democratização no acesso a novos espaços e ações de formação; 2. fortalecimento da autonomia intelectual; 3. conhecimento das novas tecnologias da informação e comunicação e 4. distância geográfica. Também menciona como metas a serem alcançadas: a necessidade de adequar a infraestrutura nas instituições públicas para facilitar o trabalho coletivo de formação continuada em rede, bem como a formação de quadros para atuarem com EaD que sejam institucionalizados. A partir dessas considerações é possível dizer que a Conae 2010 não deixou de reconhecer que a Educação a distância pode contribuir na formação de professores, sobretudo, no que diz respeito à formação continuada.

O Documento não deixa de mencionar o cenário de contradições que marca trajetória da EaD no Brasil e lembra “a existência de centenas de cursos de EaD, em instituições [...] sem o devido acompanhamento pedagógico, sem aprovação do MEC e sem compromisso com a formação de qualidade dos estudantes, visando apenas ao lucro das entidades e a distribuição de diplomas em curto prazo” (CONAE,2010 p. 84).

Este trecho do Documento relata a presença de problemas muito sérios que fazem parte da realidade da EaD no Brasil. O Ministério da Educação tem trabalhado num acompanhamento mais rígido estabelecendo normas mais rigorosas para o credenciamento, credenciamento de Instituições para oferta de educação a distância, bem como para autorização e reconhecimento de cursos superiores nessa modalidade. Convém recordar que em 2008 o Ministério da Educação determinou o fechamento de 1.337 centros presenciais de cursos de educação a distância. Os centros de ensino eram pólos presenciais de educação a distância, não credenciados pelo MEC, que, segundo o secretário de educação a distância na época, Carlos Eduardo Bielschowsky estavam “muito abaixo da crítica” (FOLHA ON LINE, 2008).⁵

A lembrança desse fato evidencia o cenário de contradições em que está inserida a EaD no Brasil e demonstra a pertinência das afirmações presentes no Documento final da Conae 2010 com relação à necessidade de acompanhamento adequado por parte dos órgãos competentes, no que tange à oferta de cursos a distância, para que quando oferecidos por real necessidade sejam implantados com qualidade socialmente referenciada.

Fica evidente a importância dada à articulação que deve ocorrer entre o MEC e os sistemas de ensino, envolvendo as universidades no contexto da implantação de um sistema nacional de educação. Neste sentido, tal articulação deve ter em vista políticas públicas de ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade, com prioridade para educação presencial (CONAE, 2010).

Remete-se, então, que a oferta da formação de professores “presencial ou por meio do EaD, deve ter por direção pedagógica a busca de uma formação de qualidade socialmente referenciada” (CONAE, 2010, p. 84).

O que isso quer dizer? Uma formação “de qualidade socialmente referenciada” implica compromisso socialmente com quem?

Pode-se notar o alerta manifesto na Conae (2010) com relação a Instituições que oferecem cursos na modalidade a distância no Brasil, visando apenas o lucro e a distribuição de diplomas em curto prazo. A educação é tratada como mercadoria, como mais uma das soluções rápidas oferecidas pelo capital.

Tudo indica que os delgados à Conae na matéria que nos ocupa não avalizam a EaD para a formação de professores que esteja compromissada com os interesses do lucro. A qualidade socialmente referenciada cede lugar à lógica da acumulação, aos princípios da qualidade total, que visa a satisfação do cliente para proporcionar o maior lucro possível. Estaria, assim, o Documento da Conae rejeitando o empresariamento na EaD para a formação de professores?

Zuin (2010) considera decisiva a promoção de um debate nacional para que sejam elaborados projetos pedagógicos relativos a uma educação a distância compromissada, por exemplo, com um número proporcionalmente adequado de estudantes e de professores, como destacou o documento da Conae. Para o autor “Talvez assim se torne viável um projeto de educação a distância para cursos de formação continuada e inicial que não sejam comprometidos com uma educação que tenha como principal escopo a compra e venda de diplomas” (ZUIN, 2010, p. 978). Do contrário a educação torna-se negócio altamente lucrativo e passa a ser organizada de acordo com os mesmos princípios que regem as empresas. Conforme expressa Saviani (2010, p.34),

Com a mencionada transposição, manifestou-se a tendência a considerar aqueles que ensinam como prestadores de serviços, os que aprendem como clientes e a educação como produto que pode ser produzido com qualidade variável. No entanto, sob a égide da qualidade total, o verdadeiro cliente das escolas é a empresa ou a sociedade e os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes. Para que esse produto se revista de alta qualidade, lança-se mão do “método da qualidade total”, que tendo em vista a satisfação dos clientes, engaja na tarefa todos os participantes do processo conjugando suas ações, melhorando continuamente suas formas de organização, seus procedimentos e seus produtos.

As considerações apresentadas por Saviani expressam algumas das características do trabalho didático na fase da globalização neoliberal no qual, segundo o autor, as idéias pedagógicas sofrem grande inflexão. Deste modo, em um momento marcado por

descentramento e desconstrução, lança-se mão de categorias precedentes às quais se antepõe prefixos do tipo pós ou neo, constituindo categorias que nesse contexto podem ser consideradas como centrais: neoprodutivismo, neoescolanovismo, neonstrutivismo e neotecnicismo (SAVIANI, 2010, p, 29).

As exigências postas nos discursos dessas categorias configuram uma pedagogia da exclusão caracterizada pela necessidade de atender os interesses postos pelo capital no qual impera lógica do lucro rápido. A educação assume o dever de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho. Assim, quanto mais rápida e flexível esta preparação for ofertada, melhor se adequará aos interesses antes mencionados.

Nesse contexto, o educador como tal é ofuscado e cede lugar ao treinador. A educação deixa de ser um trabalho de esclarecimento das consciências para tornar-se doutrinação, convencimento e treinamento para a eficácia dos agentes que atuam no mercado (SAVIANI, 2010, p. 35).

As afirmações feitas pelo autor ajudam a refletir sobre a realidade da educação a distância e conduzem a sérios questionamentos. Por que formar professores por meio dessa modalidade? Quem são os tutores? Por que recebem essa denominação?

No contexto destas interrogações é importante destacar que a Conae (2010) salientou a necessidade de se fazer a defesa da centralidade do papel do professor, ao invés de tutor nos processos formativos presenciais e a distância: “entende-se que o papel do/da professor/a é crucial para o bom andamento dos cursos, razão pela qual a dinâmica pedagógica deve enfatizar a ação docente em todos os momentos do processo formativo, optando pela manutenção do/da professor/a na implantação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de formação” (CONAE, 2010 p. 84-85).

Assim, o Documento oferece uma importante contribuição ao debate: que não há aprendizagem sem ensino, relação posta em suspenso por muitos que falam da aprendizagem, do aluno e das máquinas informatizadas.

Em outras palavras, o trabalho docente é fundamental na ação educativa formal, independente da modalidade. Do contrário se cairia no extremo de acreditar ser possível educar sem educadores. Como se pode notar, as afirmações da Conae alertam para a reflexão sobre que tipo de formação se deseja? Como esperar uma formação de qualidade socialmente referenciada de uma educação que não valoriza o trabalho dos professores? Como indivíduos extremamente controlados, com tarefas tão delimitadas, poderão colaborar para promoção de sujeitos autônomos como tanto se advoga na EaD?

A Conae (2010) também se manifesta com relação ao aspecto estrutural dos locais onde se oferta educação a distância, que;

[...] devem ser dotados de bibliotecas e equipamentos de informática, permitindo a socialização das experiências docentes e sua autoorganização em grupos de estudos, como um caminho promissor para a profissionalização. Com isto, o trabalho a ser ali desenvolvido poderá gerar condições especiais para superar o isolamento e produzir novas relações sociais e culturais na atividade docente, privilegiando o trabalho coletivo e solidário, em sintonia com a realidade social onde está inserido, de modo a transformar as condições atuais da escola pública e da educação na perspectiva das transformações sociais almejadas (CONAE, 2010 p. 85).

As recomendações da Conae aqui apresentadas evidenciam a relação direta que existe entre a oferta de uma formação de “qualidade socialmente referenciada” e a necessidade de oferecer as condições indispensáveis para que ela se realize.

De acordo com o que expressam os delegados da Conae (2010) espera-se que os debates realizados e as recomendações propostas sejam consideradas na elaboração do novo Plano Nacional de Educação 2011-2020, que aguarda aprovação pelo Congresso Nacional.

Considerações finais

O propósito desse artigo foi analisar como a educação a distância aparece contemplada na Conae 2010. Para realizar tal análise recorreu-se às categorias, singular, (a formação de professores) e universal, (a totalidade, o modo de existência) procurando compreender o imbricamento dessas políticas na totalidade do atual modo de existência caracterizado pelas relações de produção capitalista.

Destacou-se que o Documento final da Conferência Nacional de Educação 2010 posiciona-se contrário à utilização da EaD na formação inicial de professores e expressa que isso somente poderá acontecer em condições de extrema necessidade e sob um rígido controle dos órgãos competentes.

O texto problematizou a respeito das motivações que levaram os delegados da Conae 2010 manifestarem-se contra a formação inicial de professores pela EaD.

Neste sentido, é possível dizer que as razões das desconfianças, pode se dizer mesmo, rejeição, estejam ligadas à presença do lucro, aos interesses do mercado da oferta de EaD para a formação de professores.

Ainda que lancem mão de uma expressão ambígua “qualidade socialmente referenciada”, os delegados à Conferência retomaram um importante princípio educativo: ensino e aprendizagem é uma relação que se concretiza nas práticas educativas escolarizadas, no caso na formação de professores; defenderam a presença dos professores, questionaram a tutoria e a formação em instituições onde a pesquisa não está garantida, por não serem universidades, bem como a necessidade de bibliotecas e grupos de estudo.

Após a análise e sua exposição do Documento final da Conae 2010 no que se refere à formação de professores pela EaD, é pertinente retomar do final da Introdução o pressuposto e as interrogações formuladas que nos cabem responder – pressuposto: ainda que os indivíduos produzam coletivamente os bens sociais, toda a riqueza material e cultural e todas as instituições sociais e políticas, dada a divisão social em classes, nem todos os homens se apropriam desses bens por eles mesmos criados; interrogações: Estaria aí um fundamento para as razões dos delegados quanto às suas posições em relação à formação de professores pela EaD? Estariam os delegados à Conae comprometidos com que formação de professores? Ainda que não esteja explícito, o fato do Documento salienta o necessário afastamento dos interesses do mercado da formação de professores nos leva a perguntar se com isto estaria apontado o acesso a uma boa formação de professores para além do capital e em um segundo passo para que projeto histórico?

O estudo do Documento ensejou neste texto, ainda trazer ao debate: 1. como a formação de professores pela EaD vem se apresentando como uma tendência hegemônica na formação inicial e continuada de professores no Brasil, balizada por prerrogativas definidas por Organismos Internacionais em Conferências mundiais, que reafirmam a importância estratégica da educação para o progresso dos países em desenvolvimento; 2. que a formação de professores pela EaD já pode ser considerada uma política de Estado. Os dados apresentados pelos últimos censos educacionais do Ensino Superior, realizados

no país confirmam essa constatação; 3. as metanarrativas que apregoam o surgimento da “era da informação” e o fim do trabalho degradado, na qual a educação ocupa um lugar de extrema importância como condição necessária para que o indivíduo possa fazer parte dessa sociedade da comunicação; 4. as condições para o desenvolvimento do mercado educacional, favorecido inclusive por políticas estatais ancoradas em pressupostos neoliberais; 5. que o Estado tende a sucumbir às exigências impostas pelo capital globalizado, optando pela terceirização e outras iniciativas que promovam desoneração e favorecimento da iniciativa do capital; 6. a formação de professores, pela Educação a distância está circunscrita num contexto de múltiplas determinações e contradições, balizado por interesses políticos e econômicos ligados ao modo de como os indivíduos produzem sua existência. Tais interesses nem sempre são sequer mencionados quando se aborda o tema.

Entretanto, afirma-se com este texto, a importância do Documento Final da Conae 2010 como expressão de um debate que está posto, a EaD para a formação de professores em definição no Plano Nacional de Educação, atualmente, em disputa no Congresso Nacional e que vem sendo uma realidade do atual modo de existência que se impõem a todos nós e nos convoca ao estudo e a contribuições críticas.

Referências

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância . **Censo EaD.br 2009**. São Paulo: Person Education do Brasil, 2010.

ANTUNES, R. e BRAGA, R. (Orgs). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOHADANA, E. e VALLE. L. do. **O quem da Educação a distância** . In: Revista Brasileira de Educação. Set/Dez, 2009, vol. 14, n. 42.

BARRETO, R. G. **Configuração da política nacional de formação de professores a distância** . Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 33-45, nov. 2010.

BRAGA, R. **A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo**. In: ANTUNES, R. e BRAGA, R. (Orgs). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL/MEC. CONAE 2010. **Documento final da Conferencia Nacional de educação 2010**. Disponível em:

<http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/documento_final_sl.pdf.>

BRASIL/MEC/ INEP. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico. Censo da educação superior 2009**. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf.> Acesso em: 05/02/2011

BRASIL/MEC/INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2008**.

Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf.

> Acesso em 22/10/2010.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DOURADO, L. F. **Políticas e Gestão da Educação Superior a Distância : novos marcos regulatórios?** In: *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 891-917, out. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

FOLHA.COM. **MEC mandar fechar pólos de ensino a distância** . Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u469268.shtml> Acesso em 7/01/2011.

MARX, K. E ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MORAES, M. C. M. de. (org). **Iluminismo às avessas. Produção do conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEREIRA, M. de F. R. **Formação de professores debate e prática necessários a uma educação emancipada**. Chapecó: Argos, 2010.

PEREIRA, M. de F. **O Singular e o Universal na Política Educacional**. Estado de Santa Catarina Conselho Estadual de Educação Ano Vinte. In: *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*. Vol. 5, nº 11. Curitiba: 2010.

SARAIVA, K. **Educação a distância outros tempos outros espaços**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Trabalho encomendado pelo GT – Trabalho e Educação, apresentado na 29ª Reunião da ANPED. Caxambu, 2006.

SAVIANI, D. **Trabalho didático e história da educação : enfoque histórico-pedagógico**. In: BRITO, S. H. A. [et al.] (orgs.). *Organização do trabalho didático na história da educação*. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação : fundamentos ontológicos e históricos**. Trabalho encomendado pelo GT – Trabalho e Educação , apresentado na 29ª Reunião da ANPED. Caxambu, 2006.

SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

SILVA, S. R. **Democracia, Estado e educação : uma contraposição entre tendências**. In: *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* . V. 26, n.1, p. 31-54, jan./abr. 2010.

ZUIN, A. A. S. **O Plano Nacional de Educação e as tecnologias da informação e comunicação**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 961-980, jul.-set. 2010

Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 12/01/2011.

Notas:

¹ Doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas e docente no Programa de educação da Universidade Tuiuti do Paraná, autora entre outras das obras: *Concepções de História na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, Formação de Professores de Professores: debate e prática necessários a uma educação emancipada*. (ambos publicados pela Editora Argos).

² Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Coordenador do curso de Especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia da Faculdade Internacional de Curitiba.

³ Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em: 16/01/2011.

⁴ O Ministério da Educação realizou uma reestruturação em suas secretarias em 2011 e extinguiu a Secretaria de Educação a Distância, que existia desde o final do mandato de Fernando Henrique Cardoso. No segundo mandato de Lula, a SEED também cedeu à Capes seu principal projeto, a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nesta nova reestruturação, os programas da SEED passam para as demais secretarias, principalmente para a Secretaria de Educação Básica (SEB). Nesta nova configuração, foram criadas duas novas secretarias, uma para regulação da educação superior, e outra para o relacionamento do MEC com as áreas de educação de estados e municípios. Disponível em: <http://www.acheseucurso.com.br/news/anmviewer.asp?a=364&z=1> > Acesso em 08/02/2011.

⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u469268.shtml>> Acesso em 7/01/2011.

Recebido em: 17/12/11

Aprovado em: 16/03/12